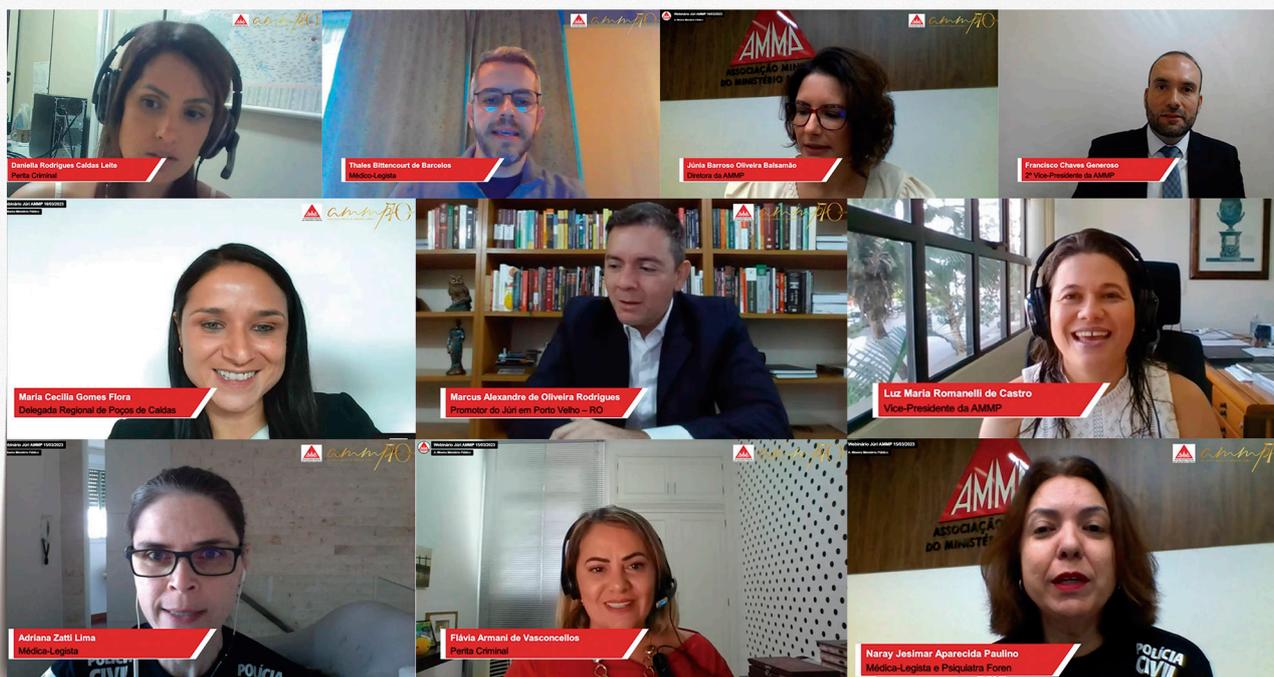


# AMMP NOTÍCIAS



## AMMP realiza webinar do Tribunal do Júri

### DESTAQUES

AMMP ESPECIAL MÊS DA  
MULHER  
P. 19

SEDE DA AMMP CONTA  
COM NOVO ESPAÇO AOS  
(ÀS) ASSOCIADOS (AS)  
P.29

DEFESA DA CLASSE  
P.3

# Editorial



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Presidente:**

Larissa Rodrigues Amaral

**1ª vice-presidente:**

Luz Maria Romanelli de Castro

**2º vice-presidente:**

Franco Chaves Generoso

**3º vice-presidente:**

Fabrizio Rodrigues Ferragini

**4º vice-presidente:**

Vinicius Bigonha Cancela Moraes de Melo

**1ª diretora administrativa:**

Vanessa Fusco Nogueira Simões

**2ª diretora administrativa:**

Fernanda Caram Monteiro

**1º diretor financeiro:**

José Silvério Perdigão de Oliveira

**2ª diretora financeira:**

Júnia Barroso Oliveira Balsamão

**Conselho Deliberativo | Capital**

Iraídes de Oliveira Marques

Josélia de Almeida Santos

Luiz Alberto de Almeida

Magalhães

Marcos Viola de Carvalho

Patrícia Ribeiro de Oliveira

Paulo Roberto Moreira Cançado

Reyvani Jabour Ribeiro

**Conselho Deliberativo | Interior**

Calixto Oliveira Souza

Fábio Soares Guimarães Filho

Fernando de Abreu Mendes

Fernanda de Paula Silva

Hélio Pedro Soares

Samuel Saraiva Cavalcante

Wagner Marteleto Filho

**Conselho Fiscal**

Antônio José Leal

Décio Monteiro Moraes

Epaminondas da Costa

Flavia Mussi Bueno do Couto

João Paulo Fernandes

Júlia Matos Frossard

**Jornalista**

Damianny Coelho

0019091/MG

Pedro Onofri

(Estagiário de Jornalismo)

**Diagramação**

Marcus Vieira

**Tiragem:**

550 exemplares

Rua Timbiras, 2.928

Barro Preto

30140-062

Belo Horizonte/MG

ammp@ammp.org.br

www.ammp.org.br

**Caros(as) associados(as),**

Com o avançar do ano, a AMMP já se prepara para os diversos eventos que ocorrerão ao longo de 2023. A começar pelo já tradicional Webinário Tribunal do Júri, que aconteceu no início de março, em formato totalmente on-line e ao vivo, atendendo também aos (às) associados(as) que residem no interior do estado.

Na celebração ao mês da mulher, conversamos com quatro associadas que dividem conosco a experiência de trabalhar como Promotoras e Procuradoras de Justiça. Através delas, aplaudimos o trabalho de cada associada, que dedica sua vida a servir a sociedade mineira.

Em defesa da classe, destacamos o ofício 17/23, encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça para resguardar o direito dos associados no tocante às glosas dos dias computados em razão do trabalho extraordinário, incluindo os plantões.

Importante também os acompanhamentos das ADIs que tramitam no STF e que repercutem no trabalho do membro do Ministério Público.

Por fim, destacamos os 70 anos da nossa querida Associação. Neste ano, os (as) associados (as) contarão com uma série de eventos para celebrar este momento tão especial. Aguardem mais novidades!

**A Diretoria**

## Sumário

Editorial.....	2
Defesa da classe.....	3
Em dia.....	5
Mês das Mulheres.....	19
Cursos.....	24
Homenagem.....	26
Esportes.....	28
Institucional.....	29
AMMP Saúde.....	31

## Conamp e AMMP seguem acompanhando pautas importantes no STF

Três importantes ADIs em tramitação no STF tem sido acompanhadas pela CONAMP e pela AMMP.

A ADI 3318, proposta pela ADEPOL, questiona a constitucionalidade dos arts. 120, V e 125, II, 'b', 'c' e 'g', e III, da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 67, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Lei Complementar Estadual nº 34/94. O ponto central do argumento trazido pela inicial é o de que as normas impugnadas outorgariam ao Ministério Público poder de instrução penal incompatível com suas atribuições. A CONAMP atua como *amicus curiae* nesta ADI.

O relator Ministro Fachin já proferiu seu voto, reconhecendo a constitucionalidade dos arts. 120, V e 125, II, 'b', 'c' e 'g', e III, da Constituição do Estado de Minas Gerais e art. 67, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Lei Complementar Estadual nº 34/94, julgando, por consequência a improcedência da ação.

Em seu voto, o Ministro relator consignou que o amparo em sólida linha jurisprudencial é suficiente para rejeitar os argumentos pela inconstitucionalidade das leis impugnadas nesta ação direta, vez que o direito à segurança jurídica está intimamente ligado ao respeito aos precedentes da Corte. Afirma que tendo sido reconhecido ao Ministério Público poder para realizar investigações, as normas impugnadas não são inconstitucionais, ainda que editadas pelo Estado de Minas Gerais, na medida em que reproduzem a mesma disciplina constante da Lei Orgânica Nacional.

O Ministro Gilmar Mendes apresentou voto divergente, conhecendo em parte da ação direta e, no mérito, julgando parcialmente procedente o pedido, conferindo interpretação conforme aos dispositivos impugnados: "A realização de quaisquer investigações criminais pelo Ministério Público pressupõe efetivo controle pela autoridade judicial competente, que deverá ser informada sobre a instauração e o encerramento de procedimento investigatório, com o devido registro e distribuição, atendidas as regras de organização judiciária, sendo vedadas prorrogações de prazo automáticas ou desproporcionais". Os Ministros Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski anteciparam seus votos acompanhando o Ministro Gilmar Mendes.

A ADI 5781, que versa sobre o auxílio saúde e auxílio ao aperfeiçoamento profissional dos membros do Ministério Público, também tem sido acompanhada pela AMMP, que ingressou como *amicus curiae*.

Em julgamentos virtuais ocorridos em 2021 e março de 2023, o voto do relator Ministro Luís Roberto Barroso

declarou a perda parcial do objeto da ação quanto ao pedido relativo ao auxílio saúde. Fundamentou que a jurisprudência da Corte é firme no sentido de que a revogação do ato normativo impugnado ou a sua alteração substancial conduz à prejudicialidade da ação direta por perda superveniente do objeto. Assim, acolheu a preliminar suscitada pela Associação Mineira do Ministério Público e declarou a perda parcial de objeto da ação quanto ao pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 119, XX, da LC nº 34 /1994. No mérito declarou a inconstitucionalidade do pagamento do auxílio ao aperfeiçoamento funcional, previsto no art. 119, XVII, da LC mineira nº 34/1994. Já votaram os Ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, acompanhado o voto do relator. O Ministro André Mendonça pediu vista.

A ADI 5388 foi ajuizada pelo Procurador-Geral da República, buscando a declaração da incompatibilidade com a Constituição Federal, da Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do artigo 1º da Resolução nº 295, de 4 de junho de 2014, do Conselho da Justiça Federal – CJF, que versam sobre a utilização, pelo Poder Judiciário, dos recursos alusivos à aplicação da pena de prestação pecuniária.

Fundamenta-se que o Ministério Público, como titular da ação penal de iniciativa pública (art. 129, I, da Constituição da República), possui legitimidade privativa para propor transação penal e suspensão condicional de processos, o que inclui a destinação legal dos recursos provenientes dessas negociações. Pondera-se que a uniformização da destinação de recursos provenientes de transação penal e suspensão condicional de processos em resolução do Conselho Nacional de Justiça extrapola o poder regulamentar conferido a esse órgão pelo art. 103-B, § 4º, da CR.

A Associação Nacional de Membros do Ministério Público – Conamp foi admitida como terceira interessada no processo.

No dia 10 de junho de 2021, foi publicada a seguinte decisão: "Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar incompatível, com a Constituição Federal, a Resolução nº 295/2014 do Conselho da Justiça Federal e, relativamente à de nº 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça, dava-lhe interpretação conforme, para excluir enfoque a alcançar a utilização de verbas de prestação pecuniária fixada como condição à suspensão

condicional de processo ou transação penal; e do voto do Ministro Nunes Marques, que julgava improcedente o pedido, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes.”

No dia 02 de junho de 2022, os autos foram devolvidos pelo Ministro Alexandre de Moraes para julgamento.

As ADI's 3318 e 5388 foram incluídas em pauta de julgamento no mês de março de 2013, porém, o julgamento foi adiado.

A Conamp e a AMMP seguirão acompanhando o avanço das pautas em questão.

---

## Resolução 12/21

Ainda sobre temas institucionais, no dia 14 de março, a AMMP encaminhou ofício 17/2023 ao Exmo. Dr. Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Junior, acerca da Resolução 02/21.

A AMMP requereu que sejam mantidos, em registro próprio, todos os dias adquiridos e configuradores de trabalho extraordinário, inclusive plantões, sem que haja a glosa/exclusão.

Solicita, ainda, que seja realizada a revisão/aprimoramento da regulamentação prevista no Ato PGJ n.º 01/2022, de forma a também possibilitar o uso/gozo dos

dias que excedam os limites para anotação (artigos 12, caput, § 2º e 3º, ou seja, dias glosados) ou indenização futura, conforme disponibilidade orçamentária.

O pedido da AMMP fundamenta-se nos § 6º e 9º do art. 119 da Lei Complementar 34/94, que prevê o direito à compensação ou indenização pelo plantão, exercício de outras atividades administrativas ou funções extraordinárias, “pelos dias em que servirem”.

A AMMP continua acompanhando a pauta. [Confira o ofício completo em nosso site.](#)

---

## STF julga procedente ADI proposta pela CONAMP contra requisição de inquérito policial pela Defensoria Pública

A ADI 4346 foi proposta pela CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, contra os art. 5º, § 3º e art. 45, XXI da Lei Complementar 65/03, de Minas Gerais, que organiza a Defensoria Pública do Estado.

O art. 5º, § 3º da referida norma estabelecia que competia privativamente à Defensoria Pública o exercício da assistência jurídica aos necessitados. Na sessão virtual de 14 a 21 de outubro de 2022, o Relator, Ministro Roberto Barroso observou que houve alteração da lei com supressão do termo “privativo”, perdendo o objeto da ADI no tocante a esse ponto, tendo sido acompanhado pelos outros Ministros.

O art. 45, XXI da referida Lei Complementar, por sua vez, dispõe que, no desempenho de suas funções, aos Defensores Públicos cabe a requisição de inquérito policial e diligências necessárias à apuração de crime de ação penal pública.

Na inicial a CONAMP fundamenta a inconstitucionalidade do dispositivo por afrontar o art. 22, I da Constituição de 1988, violando a competência privativa da União para legislar sobre matéria processual, vez que a norma impugnada atribui competência a defensores públicos

para requisição de diligências voltadas a apurar crimes de ação penal pública.

Na sessão virtual de 03/03/2023 a 10/03/2023, no julgamento da ADI, o Tribunal, por unanimidade, conheceu em parte da ação direta. No mérito, por maioria, julgou-a parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade da expressão a instauração de inquérito policial, constante do art. 45, XXI, da Lei Complementar 65/2003 do Estado de Minas Gerais, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Roberto Barroso (Relator), Cármen Lúcia, Edson Fachin e Gilmar Mendes.

O STF decidiu que lei estadual não pode ampliar o poder de requisição da Defensoria Pública para atribuir a ela a instauração de inquérito policial. O entendimento do colegiado foi de que a norma viola a competência privativa da União para legislar sobre o processo penal, prevalecendo o voto proposto por Alexandre de Moraes.

A decisão parcial garante a manutenção do poder de requisição da instauração de inquérito policial pelo Ministério Público, conforme a Constituição Federal e o Código de Processo Penal.

*Com informações da Conamp*

## Diretoria da AMMP presente em homenagem ao Senador Rodrigo Pacheco



No dia 07 de março, a Presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Larissa Rodrigues Amaral, cumpriu agenda em Brasília.

Na oportunidade, a Presidente esteve presente na solenidade de entrega da comenda da Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral - Assis Brasil - ao Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco.

Nas fotos, com o agraciado Senador Rodrigo Pacheco, Ministro Alexandre de Moraes, Presidente do TSE, Norma Cavalcanti, Presidente do CNPG, Manoel Murrieta e Tarcísio José Sousa Bonfim, respectivamente Presidente e Vice-presidente da CONAMP, Paulo Penteado Teixeira Junior, 2º Vice-presidente da CONAMP e Presidente da APMP, Jarbas Soares Junior, Procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Ivanildo de Oliveira, Procurador-geral de Justiça do Estado de Rondônia e Frederico Mendes, Presidente da AMB.

## AMMP no STF



Ainda no dia 07 de março, a Presidente da AMMP também cumpriu agenda no Supremo Tribunal Federal juntamente com o Vice-Presidente da CONAMP, Tarcísio José Sousa Bonfim, o Presidente da APMP, Paulo Penteado Teixeira Junior, e a Presidente da AMPPE, Deluse Amaral.

## AMMP presente em Encontro Regional do Ministério Público

A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, a Vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, a 1ª Diretora Administrativa da AMMP, Vanessa Fusco Nogueira Simões e o Conselheiro Fiscal da AMMP, Décio Monteiro Moraes, participaram do Encontro Regional do Ministério Público de Minas Gerais, ocorrido na quarta e na quinta-feira, em Pouso Alegre.

A oportunidade viabiliza a troca de experiências e a discussão de temas atuais e de interesse da classe.



**ATUALIZE SEU CADASTRO COM  
E-MAIL E TELEFONE**

*ENVIE PARA*

✉ **CADASTRO@AMMP.ORG.BR**

☎ **(31) 99782-5709**

☎ **(31) 2105-4878**

## AMMP recebe visita de Procurador-Geral do Ministério Público Militar



No dia 28 de fevereiro, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, a Vice-presidente, Luz Maria Romanelli de Castro, o Diretor da AMMP Saúde, Fabricio Marques Ferragini e o Diretor Financeiro da AMMP e Presidente do Conselho Fiscal da CONAMP, José Silvério Perdigão, receberam Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral do Ministério Público Militar, na sede da Associação.

Também estiveram presentes Jarbas Soares Junior, Procurador-Geral de Justiça do MPMG, Márcio Gomes de Souza, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo, Alexander Jorge Pires, Diretor-Geral do MPM, e os ex-Presidentes da AMMP, Joaquim Cabral Netto e Nedens Ulisses Freire Vieira.

## AMMP presente na abertura das Ações Educacionais do MPMG



No dia 1º de março, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, esteve na abertura das Ações Educacionais de 2023 do Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do MPMG, desenvolvidas para a capacitação de membros, servidores e estagiários do Ministério Público.

Na oportunidade, foi ministrada a palestra “Ética e Administração Pública”, pelo Vice-Governador de Minas Gerais, Mateus Simões. Também compuseram a mesa o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, o Corregedor-Geral do MPMG, Marco Antônio Lopes de Almeida, a Ouvidora do MPMG, Nádia Estela Ferreira Mateus, a Coordenadora-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) Elaine Martins Parise e o Coordenador Pedagógico da Escola Institucional do Ministério Público, Pablo Gran Cristóforo.

## Presidente da AMMP prestigia inauguração de Procuradoria Regional da República



A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, também representando a Conamp, compareceu, no dia 28 de fevereiro, à solenidade de Inauguração da Procuradoria Regional da República da 6ª Região.

O evento ocorreu no Museu Inimá de Paula, em Belo Horizonte, e contou com a presença, dentre outras autoridades, da Vice-Procuradora Geral da República, Lindora Araujo, e do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 6ª Região, Patrick Salgado Martins.



## Associação comparece à posse do Sebrae



Já no dia 27 de fevereiro, a Vice-Presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, esteve presente na Cerimônia de Posse do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas.

Foram empossados o Presidente, Marcelo de Souza e Silva, o Vice-Presidente, Valmir Rodrigues da Silva, o superintendente Afonso Maria de Rocha, o Diretor Técnico, Douglas Augusto Oliveira Cabido e o Diretor de Operações, Marden Márcio Guimarães.

## AMMP marca presença em Solenidade da CNOMP

Nos dias 09 e 10 de março, a vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, esteve presente na 64ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público do Estado e da União (CNOMP).

Na oportunidade, foram empossados a associada Nádia Estela Ferreira Mateus (MPMG) como Presidente do Conselho, Jussara Maria Pordeus e Silva (MPAM) como Vice-Presidente e Marcelo Moreira dos Santos (MPAP) como Secretário.

## AMMP prestigia nova diretoria da AMPERJ em cerimônia de posse



A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, também representando a CONAMP, esteve no Rio de Janeiro no dia 10 de março, para a cerimônia de posse da Diretoria e Conselhos da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ), eleitos para o biênio 2023/2024.

A Associação parabeniza o Presidente Cláudio Henrique da Cruz Viana e demais membros pela posse!

## Presidente da AMMP participa de Reunião Extraordinária da CONAMP e Congresso da APMPPR em Foz do Iguaçu



No dia 16 de março a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, participou da Reunião Extraordinária da CONAMP em Foz do Iguaçu/PR, e do Congresso Estadual da Associação Paranaense do Ministério Público, onde encontraram-se lideranças do Ministério Público brasileiro. Na pauta, foram discutidos temas como política remuneratória, ADI's, em tramitação no STF, Código de Ética em tramitação no CNMP, PEC da Permuta, entre outros.



## Nova Sede das Promotorias de Justiça da Comarca é inaugurada em Ibirité



Na segunda-feira, 13/03, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, a Vice-presidente, Luz Maria Romaneli de Castro, e o Diretor de Saúde, Fabrício Ferragini, estiveram em Ibirité/MG, para a inauguração da sede das Promotorias de Justiça da Comarca.

Na primeira foto, o Procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Junior, o Corregedor-geral do MPMG, Marco Antônio Lopes de Almeida, a Ouvidora do MPMG, Nádia Estela Ferreira Mateus, o Deputado Federal Pinheirinho, a Diretora das Promotorias de Justiça da Comarca de Ibirité, Marina Brandão Póvoa, a Diretora do Foro, Juíza de Direito Juliana de Almeida Teixeira Goulart, o Subprocurador-geral do Município de Ibirité, Carlos Carvalho e a Coordenadora da Defensoria Pública de Ibirité, Bruna Márcia da Veiga Peçanha.

Na segunda foto, a diretoria da AMMP presente ao evento, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, o Procurador-Geral Adjunto Administrativo, Márcio Gomes de Souza, o Chefe de Gabinete, Paulo de Tarso Morais Filho, o Subprocurador-geral do Município de Ibirité, Carlos Carvalho, e os Promotores de Justiça da Comarca de Ibirité, Domingos Ventura de Miranda Júnior, Eduardo Almeida da Silva, Flávio Silva Júnior, Giselle Luciane de Oliveira Lopes Viveiros Melo, Manuela Xavier Lages Faria, Marina Brandão Póvoa e Romero Solano de Oliveira Magalhães, que, na oportunidade, descerraram a placa de inauguração.

## Conexão AMMP retorna em 2023 e, em sua primeira edição do ano, apresenta ações sociais



A AMMP gravou a edição de março do programa Conexão AMMP, nos estúdios da Fundação Escola Superior do Ministério Público. O programa é produzido pela equipe da Associação Mineira do Ministério Público, com a apresentação do jornalista Orion Teixeira. A cada edição, são apresentados pesquisas e trabalhos realizados por nossos (as) associados (as).

Nesta edição, recebemos Paulo César Vicente de Lima, Promotor de Justiça e coordenador da Cimos, iniciativa do MP que objetiva sistematizar os trabalhos de combate à desigualdade social. O promotor debate o alcance dos programas da Cimos e os resultados alcançados. Para assistir ao Conexão AMMP, [acesse nosso canal no YouTube](#).

## No Dia da Mulher, ação do MP é inaugurada em São Lourenço



No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o Ministério Público de Minas Gerais inaugurou, em parceria com a Polícia Militar e Fundação Fênix, a sala de atendimento da Patrulha de Violência Doméstica, destinada ao apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. A ação ocorreu na cidade de São Lourenço.

Débora Furlani, Diretora-Presidente da Fundação Fênix, exalta para a AMMP a importância de o Ministério Público apoiar essas iniciativas. “A situação é extremamente grave e envolve vários atores. Sozinhas, não teríamos esse suporte, então, quando o Ministério Público vem, acolhe e proporciona oportunidades para garantirmos nossos direitos, é fantástico”.

A cerimônia de inauguração também homenageou mulheres que são destaque em suas áreas: Genilda Lopes Ozório, Presidente da creche Teresa de Jesus, Yeda de Barros Sanches, Professora na rede estadual, municipal e privada e Maria José Severino, Presidente da creche Pequeno Mundo, receberam a placa “Nobilis Causa”. O título é um tributo a figuras que prestaram anos de serviço relevantes à sociedade local.

As homenageadas inauguraram a sala junto a representantes da Polícia Civil e Polícia Militar. O evento contou com a participação do Promotor de Justiça Leandro Pannain Rezende, que destacou: “o valor da união entre os órgãos públicos, sociedade civil e Justiça para a valorização do tratamento humanizado e para a promoção de uma coletividade mais harmoniosa, ressaltando o papel da mulher como agente de transformação e empodera-

mento social”.

### Como surgiu a ideia

A Fundação Fênix, em parceria com a 4ª Promotoria de Justiça de São Lourenço, criou o Projeto Aquarela. A iniciativa, que dedicou-se inicialmente no reforço escolar e pedagógico para crianças entre 6 e 12 anos, ampliou seus serviços para o ambiente familiar dos estudantes. Logo, a fundação esteve mais envolvida em tópicos ligados à violência familiar e construção de um lar harmonioso para as crianças. “Entre 2021 e 2022, a gente acompanhou um aumento nos casos de violência doméstica e ficamos com a antena ligada”, revela Furlani. A partir disso, a fundação se uniu ao Ministério Público e à Polícia Militar para abrir um suporte de atendimento e apoio às mulheres.

### Próximos projetos

Com o sucesso do evento, o Projeto Aquarela vê novas perspectivas para o futuro. Depois de proporcionar um espaço para as crianças e mulheres, o foco, agora, é na conscientização masculina.

“Nós estamos iniciando esse trabalho da patrulha de prevenção a violência doméstica. Não adianta a gente conseguir o espaço para a mulher, para criança e não tratar o agressor. Então, o próximo passo é fecharmos mais parcerias, trazer mais atores e proporcionar uma sala de atendimento ao homem agressor”, destaca a Diretora-Presidente da Fundação Fênix.

*(Com informações do MPMG)*

## Presidente comparece à solenidade do TJMG



No dia 03 de março, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, compareceu à sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em palestra do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, no VI Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil - CONSEPRE.

Na oportunidade, o Presidente do Senado Federal foi condecorado com o Colar do Mérito Judiciário Mineiro. Na foto, com o Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e o Procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Jarbas Soares Junior.

## Diretoria da AMMP comparece em posse da Associação Cearense



O Diretor Financeiro da AMMP e Presidente do Conselho Fiscal da Conamp, José Silvério Perdigão de Oliveira, esteve em Fortaleza na última quinta-feira (30), para prestigiar a posse da Diretoria e do Conselho Superior da Associação Cearense do Ministério Público (ACMP), para o biênio 2023/2025.

## Episódio especial do Conexão AMMP é dedicado à vivência feminina no MP



Em celebração ao Mês da Mulher, a associada Gabriella Abreu Costa compartilha a experiência de trabalhar como Promotora de Justiça do Ministério Público

Este é o tema do novo episódio do Conexão AMMP, um programa da Associação Mineira do Ministério Público destinado a divulgar as ideias e realizações de seus associados e associadas.

Assista em: [youtube.com/ammpmg](https://youtube.com/ammpmg)

## Diretoria da AMMP realiza visitas de cortesias a Deputados Estaduais nesta semana



Nos dias 27 e 28 de março, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral e a Vice-Presidente, Luz Maria Romanelli de Castro, reuniram-se com o Deputado João Vitor Xavier na Rádio Itatiaia e, posteriormente, com Deputado Antônio Carlos Arantes, 1º Secretário da Assembleia, e o Deputado Roberto Andrade, na Assembleia de Minas.

## Presidente da AMMP cumpre agenda em Brasília com lideranças do MP



A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, cumpriu, nesta quarta-feira (29), agenda em Brasília, juntamente com várias lideranças do Ministério Público brasileiro: visita institucional ao Senador Cleitinho; reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGEU); e no evento "Ministério Público, Estado e Sociedade em defesa da democracia", promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

## Happy hour dá início à comemoração dos 70 anos da AMMP

Nesta quinta-feira, 23 de março, a AMMP deu início à agenda de celebração dos 70 anos de história em um Happy Hour entre os associados e as associadas, com música ao vivo e buffet variado.

O evento teve lugar no restaurante Pátria – Cozinha do Brasil, no bairro Belvedere.









## CALENDÁRIO ESPECIAL 70 ANOS

### **MAIO**

11- JANTAR HARMONIZADO

### **JUNHO**

01 A 04 ENCONTRO ENOGASTRONÔMICO

### **AGOSTO**

CELEBRAÇÃO OFICIAL

04 - AUDITÓRIO AMMP

PAINÉIS "DEBATENDO O MINISTÉRIO PÚBLICO"

LANÇAMENTO LIVRO 70 ANOS

04- FESTA DE ENCERRAMENTO - SHOW DO JOTA QUEST  
NO SALÃO CASA TUA - JARDIM CANADÁ

**EM BREVE, MAIS INFORMAÇÕES  
SOBRE INSCRIÇÕES E CONVITES**



## Encontro das aposentadas (os) e pensionistas celebra o Mês da Mulher



No dia 07 de março, a AMMP recebeu os (as) aposentados (as) e pensionistas na sede para uma tarde de confraternização e diversão. No mês da mulher, o evento celebrou as associadas que ajudaram a construir a história da Associação.

O encontro contou com a apresentação da cantora Stefanni Lanza, que entreteve a tarde com reedições femininas do MPB. “É uma honra estar aqui hoje, e poder cantar grandes influências minhas”, comenta a cantora. “Acho muito bonito esse movimento e extremamente necessário. A gente precisa glorificar nossas mulheres, não só as cantoras, mas homenagear todas através da música”.

Jane de Oliveira Araújo Rivelli, Promotora de Justiça aposentada, concorda: “É ótimo estar presente nesse encontro em homenagem à mulher, porque amanhã já é o nosso dia. Se bem que nosso dia é todo dia! A mesa está lindíssima e o mais interessante é o aconchego que a Associação traz. Ver todos os colegas é muito bom”, finaliza.

## Lançamento do evento Conamp Mulher

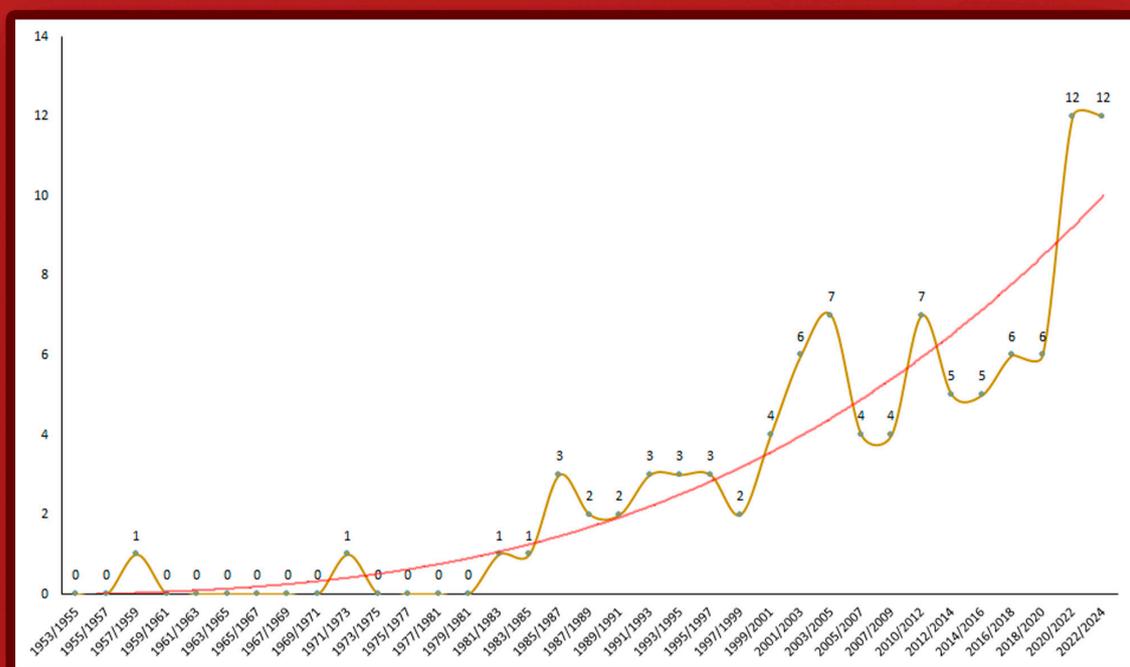


A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, e a Vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, estiveram no Lançamento do “Congresso Conamp Mulher”, ocorrido em Brasília.

Na primeira foto, a Coordenadora da Comissão de Mulheres da CONAMP e Presidente da Associação do Ministério Público de Pernambuco, Deluse Amaral, que fez a primeira matrícula do Congresso, dando início ao período de inscrições, além da Presidente da Associação do Ministério Público do Acre, Meri Cristina do Amaral Gonçalves, e da representante da Associação Mato-Grossense do Ministério Público, Marcelle Rodrigues da Costa e Faria, ambas também integrantes da Comissão de Mulheres.

Na segunda imagem, a Vice-Presidente da AMMP com a Ex-PGR e Subprocuradora-Geral do MPF, Raquel Dodge, que discursou durante o evento. O Congresso ocorrerá nos dias 14 e 15 de junho, em Brasília.

## CELEBRAÇÃO ÀS 611 ASSOCIADAS QUE CONSTROEM A NOSSA HISTÓRIA



Na semana do Dia das Mulheres, a AMMP celebra as nossas 611 associadas que lutam e constroem diariamente a história da Associação.

No ano em que completamos 70 anos de fundação, também lembramos as 47 associadas que participaram das nossas diretorias e conselhos, homenageando, por meio delas, todas as associadas que engrandeceram nossos quadros nas últimas sete décadas.

[Confira o vídeo em nosso Instagram.](#)



**ASSISTA AO VÍDEO**

## Promotoras e Procuradoras de Justiça por um Estado melhor

No mês de março, homenageamos as mulheres que fazem parte do Ministério Público mineiro. Entrevistamos quatro Procuradoras e

Promotoras de Justiça que compartilham suas experiências, trabalhando em prol da sociedade. Dessa forma, a AMMP celebra o trabalho de cada associada que ajuda a construir o Ministério Público.



**Adélia Lage de Oliveira**  
Procuradora de Justiça

**AMMP: Como foi seu ingresso no MP? Conte um pouco mais sobre o sonho de ingressar na carreira e os primeiros passos.**

Iniciei minha carreira no Ministério Público de Minas Gerais em 1990, época de muita turbulência econômica e social no Brasil. A consciência do valor da justiça sempre crescente me conduziu à esta profissão constitucional, quando já sentia que o Ministério Público seria a próxima etapa na defesa dos direitos individuais e coletivos, tendo passado pela advocacia e pela Defensoria Pública.

Iniciei esta nova etapa da minha vida como Promotora substituta e atuei em várias comarcas.

Revendo minha história, sinto que a trajetória

no Parquet, inegavelmente, tornou-se minha verdadeira realização profissional e pessoal.

**AMMP: Qual o maior desafio em ser mulher no Ministério Público?**

Como nos demais segmentos, os desafios para as mulheres, ainda são constantes. No Ministério Público, ainda estamos em minoria, porém, com uma grande representatividade marcada por nossos diferenciais que tanto impactam e ajudam, em muito, nas funções que nos são delegadas, além da dedicação por tantas etapas que passamos para comprovar nosso conhecimento e competência, diante da segregação ocupacional de anos a fio.

Não podemos esquecer que os padrões sociais e culturais com relação ao tra-

balho da mulher estavam voltados por muito tempo para a família, como se ela não tivesse capacidade de participar efetivamente da economia do país, muito menos de concorrer a funções em órgãos públicos.

Foi preciso uma reorganização social bem mais comprometida nesse aspecto para a garantia mínima da igualdade com os homens, como o direito determina.

**AMMP: Conte-nos algum caso marcante em sua trajetória no Ministério Público, que precisou ser enfrentado com coragem e profissionalismo.**

Como citei acima, atuei em várias comarcas. Em muitas dessas, não havia provimento da vaga na carreira. Certa vez, fui convocada para participar de 12 júris em uma Comarca distante, onde fui recebida pelo assistente que fora contratado pela família da vítima para trabalhar comigo na acusação, tratando-se de um promotor aposentado com grande experiência no Ministério Público.

Tão logo cheguei, ficou clara a insegurança do juiz e reprovação com minha presença, por considerar que uma mulher não teria capacidade e garra para uma pauta tão longa, uma visão misógina e tão comum na época. O assistente que me acompanhava também demonstrou uma grande

insegurança e dúvida se eu atuaria de forma adequada.

Eu estava ali por delegação do Procurador Geral de Justiça e conhecia minhas condições e minha capacidade para exercer aquela função. E, neste momento, o equilíbrio e a autoconfiança, que sempre me acompanharam, foram determinantes para meu pleno sucesso. O resultado foi um ofício em agradecimento, endereçado ao Chefe da Instituição, em reconhecimento à excelência de minha atuação. Esta experiência fortaleceu ainda mais em mim a certeza que eu estava na profissão e instituição certas.

Vivi também experiências marcantes de diversas maneiras, e em uma delas experenciei, literalmente o fazer "justiça com as próprias mãos".

Em um julgamento em uma comarca com muitos casos de crime contra a vida, quando, em minha segunda fala do libelo crime acusatório, o réu levantou-se e empunhou uma faca em minhas costas.

Foi tudo muito rápido, inclusive a ação dos militares, que conseguiram contê-lo, evitando, assim, consequências mais graves. E, após uma profunda respiração, continuei minha explanação, adiando a emoção daquele momento.

Portanto, a mulher que ocupa atualmente cargo

no Ministério Público pode trabalhar de forma serena, valorizando suas várias facetas pessoais e profissionais, não descurando da elegância no trato com os cidadãos os quais representa podendo, assim, desempenhar com desenvoltura e crédito este papel importante e significativo na solução de conflitos.

Parabenizo, nesta oportunidade, a todas as mulheres que fazem parte desta carreira, lembrando que “o lugar da mulher é onde ela quer, onde ela está feliz” ...

Por fim, acredito que a mulher tudo pode. Como diz o poeta Carlos Drummond de Andrade: “É próprio da mulher o sorriso que nada promete e permite tudo imaginar”.



**Érika Matozinhos**  
Promotora de Justiça

**AMMP: Como foi seu ingresso no MP? Conte um pouco mais sobre o sonho de ingressar na carreira e os primeiros passos.**

Eu ingressei no Ministério Público no dia 04 de março de 1999, sendo aprovada no 37º Concurso. Antes, já tinha sido aprovada no Concurso e Curso de Formação para Delegado de Polícia da Academia de Polícia Civil/MG e Concurso para Defensor Público/MG, cargo este que exerci por curto período na cidade de Betim. Entretanto, a minha aspiração sempre foi ser Promotora de Justiça, pois sou encantada com as atribuições ministeriais, mais especificamente, com a possibilidade de defender os interesses mais caros da sociedade, e efetivamente poder ajudar na construção

de uma sociedade mais justa e solidária.

**AMMP: Qual o maior desafio em ser mulher no Ministério Público?**

O desafio que enfrenta a mulher Promotora de Justiça e mãe é o de equacionar o seu tempo, com qualidade, entre o trabalho e a sublime missão de educar e cuidar dos filhos. É preciso ter sabedoria para conciliar as atividades profissionais e as atividades maternas. Esse é o desafio de toda mulher mãe, filha, esposa, dona de casa e cidadã que se encontra inserida no mercado de trabalho.

Entretanto, cumpre-me ressaltar que jamais sofri qualquer tipo de preconceito ou discriminação dentro de minha Instituição. Sempre pautei minha vida profissional no mais absoluto respeito aos meus colegas, à chefia e à sociedade. Em

contrapartida, sempre exige reciprocidade neste tipo de tratamento.

**AMMP: Na sua opinião, como o trabalho no MP pode ajudar a tornar mais digna e proteger a vida da mulher?**

O Ministério Público tem um papel importantíssimo na proteção dos direitos da mulher, em especial na questão da violência doméstica, e na busca de assegurar e efetivar os direitos sociais e individuais indisponíveis da mulher.

É sabido por todos que a mulher, apenas por ser mulher, é mais suscetível a várias e diversas formas de violência em todos os espaços da sociedade e, notadamente, no espaço doméstico.

A violência doméstica tem atingido de forma avassaladora os lares brasileiros e, muitas vezes, culminando com os feminicídios amplamente noticiados. Combater esta chaga social deve ser uma preocupação constante de todos nós, integrantes do Ministério Público.

Como Promotora de Justiça na área de família em Belo Horizonte há mais de 20 anos, percebo que, quando o Ministério Público efetivamente cumpre o seu papel de resguardar os direitos da mulher no âmbito social e familiar, isto contribui para a existência de relações familiares baseadas no respeito e no afeto, com famílias mais estruturadas e equilibradas, o que torna as pessoas desses núcleos familiares mais dignas e felizes.

**Associados têm direito à nossa base de conteúdos bibliográficos físicos e digitais.**

Confira o acervo em:  
[ammp.org.br/biblioteca](http://ammp.org.br/biblioteca)



**Valéria Dupin Lustosa**  
Procuradora de Justiça

**AMMP: Como foi seu ingresso no MP? Conte um pouco mais sobre o sonho de ingressar na carreira e os primeiros passos.**

Ingressei no MPMG em 1991 muito jovem, aos 23 anos, numa época em que não se exigia os três anos de atividade jurídica. Havia acabado de me formar e pulsava o ideário efervescente do estado democrático do direito preconizado pela recente Constituição de 1989, cuja gestação acompanhei, empolgada, na Vetusta Casa de Afonso Pena. E não só o status que o Ministério Público angariou com a nova Carta Magna me seduziram. Na minha infância e adolescência, meus pais advogavam em Teófilo Otoni. Havia ali uma comunidade jurí-

dica, que convivia em perfeita harmonia e respeito, integrada por membros da Magistratura, Ministério Público e advocacia. Na minha memória afetiva, guardo o convívio, respeito e admiração por muitos membros do Ministério Público que por ali passaram: meu “padrinho” Márcio Heli ( que me acolheu, juntamente com seus familiares na minha primeira comarca; sua terra natal, Tarumirim), Dr. Tibúrcio, Dr. Geraldo Brandão, Dr. Nedens, Dra. Eugênia, Dr. Odélio, Dr. Edilson Fernandes (hoje, Desembargador). Esses brilhantes colegas corporificavam um Ministério Público atuante e muito respeitado pela sociedade, e, sem dúvidas, me inspiraram desde a escolha da graduação.

Os primeiros passos não foram fáceis. As condições de vida e de trabalho era precárias. Faltava moradia na cidade; fiquei mal instalada e o salário

não era animador. Meu estágio na graduação havia sido na área cível da Defensoria Pública, de forma que a área criminal ( que era o grosso), me consumia mais tempo que o normal. Não havia internet, as peças processuais eram artesanais e o acervo jurisprudencial era oriundo da pasta que devíamos manter no gabinete, com a jurisprudência diária publicada no [Diário] Minas Gerais. Mas tive a sorte de ter sido muito bem acolhida e receber o auxílio de todos, dos serventários ao Juiz de direito. Faltava estrutura de trabalho, até o xerox saía do nosso bolso. Não me esqueço do dia em que Dr. Márcio Heli, todo vibrante, chegou ao meu gabinete, me trazendo em mãos a primeira máquina elétrica ofertada pela PGJ e que ele, gentilmente, se prontificou a me entregar. Final da tarde de uma sexta-feira de 1991! Dia muito feliz! Vejo, com alegria e gratidão, o quanto evoluímos estruturalmente!

**AMMP: Qual o maior desafio em ser mulher no Ministério Público?**

Reputo o MPMG como uma instituição muito democrática e, dentro ou fora dela, não

me lembro de enfrentamentos em razão de gênero. Nesse, ponto me sinto privilegiada, porque evidentemente sei que essa não é a realidade da maioria das mulheres. Sou filha de uma mulher forte e lutadora e cresci num ambiente que me fez acreditar que não haveria obstáculos para as minhas escolhas profissionais. Afinal, essa mãe foi professora, costureira, contadora, iniciou o curso de direito já com quatro filhos e, na sequência, advogou, passou no primeiro concurso da defensoria pública estadual e, aos 50 anos, ingressou, também por concurso público, na magistratura. Meu maior desafio, como mulher no MP, é velar pela correta aplicação da lei, sem perder a ternura.

**AMMP: Na sua opinião, como o trabalho no MP pode ajudar a tornar mais digna e proteger a vida da mulher?**

Um caso marcante se deu logo no início da carreira. Trabalhava em Tarumirim, morava numa sofrível pensão, o que também servia como estímulo para esticar a jornada, até altas horas, no Fórum local. Numa dessas noites, fui procurada pela família de um jovem que acabara de ser preso e fora vítima de grave violência policial. Era um

tempo em que não havia celulares e o telefone do fórum era restrito à secretaria, então, trancada. Me vali, assim, dos préstimos de um decano, que morava em frente ao Fórum, que me cedeu o telefone de sua casa, para contatar o comando da PM em Governador Valadares. Esse mesmo advogado, que me deu guarida e também aos familiares da vítima, tomou a defesa dos policiais quando instaurado o processo-crime e, no dia da audiência, armou um arsenal para me constranger. Duas ou três aeronaves da PM davam intimidatórias rasantes sobre o Fórum. Participei da audiência como se não desse conta desses fatos e obtive a condenação dos acusados naquela mesma assentada. E continuei, ainda assim, nos meus serões extras.

**Camila Pires**

**Promotora de Justiça**

**AMMP: Como foi seu ingresso no MP? Conte um pouco mais sobre o sonho de ingressar na carreira e os primeiros passos.**

Desde a faculdade, sempre quis ser promotora de justiça. Me formei no interior de Minas Gerais, advoguei por um tempo, passei em outro concurso (fui delegada de polícia em Minas Gerais), até a sonhada aprovação acontecer. Foram seis anos, estudando e trabalhando até me tornar promotora de justiça.

Quando cheguei no MP já tinha a experiência da polícia e, também, tempo de serviço público em outros órgãos, o que contribuiu bastante. Fui designada para a comarca de Formiga e cooperava na promotoria de Iguatama. Tive muito trabalho no começo, mas era gratificante: eu era promotora de justiça no meu estado! Sonho realizado!

Já cheguei na comarca fazendo júris e com duas equipes para gerir. O maior desafio no início foi, sem dúvidas, a gestão de pessoas.

Com o tempo, tudo ficou mais fácil. Sou muito feliz no Ministério Público!

**AMMP: Qual o maior desafio em ser mulher no Ministério Público?**

Hoje, não vejo desafio pelo simples fato de ser mulher no Ministério Público. Os desafios são aqueles enfrentados por qualquer promotor de justiça: buscar atender às necessidades da sociedade com trabalho de qualidade e excelência.

**AMMP: Na sua opinião, como o trabalho no MP pode tornar mais digna a vida da mulher mineira?**

Creio que todas as atividades desempenhadas pelo MP contribuem, de alguma forma, para uma vida mais digna da mulher mineira e de todos os cidadãos.

Destaco que a atuação no combate e prevenção da violência doméstica e familiar e na defesa da saúde da mulher (com a fiscalização de políticas públicas na área) podem continuar contribuindo para uma vida cada dia mais digna e feliz.



**Convênios  
AMMP**



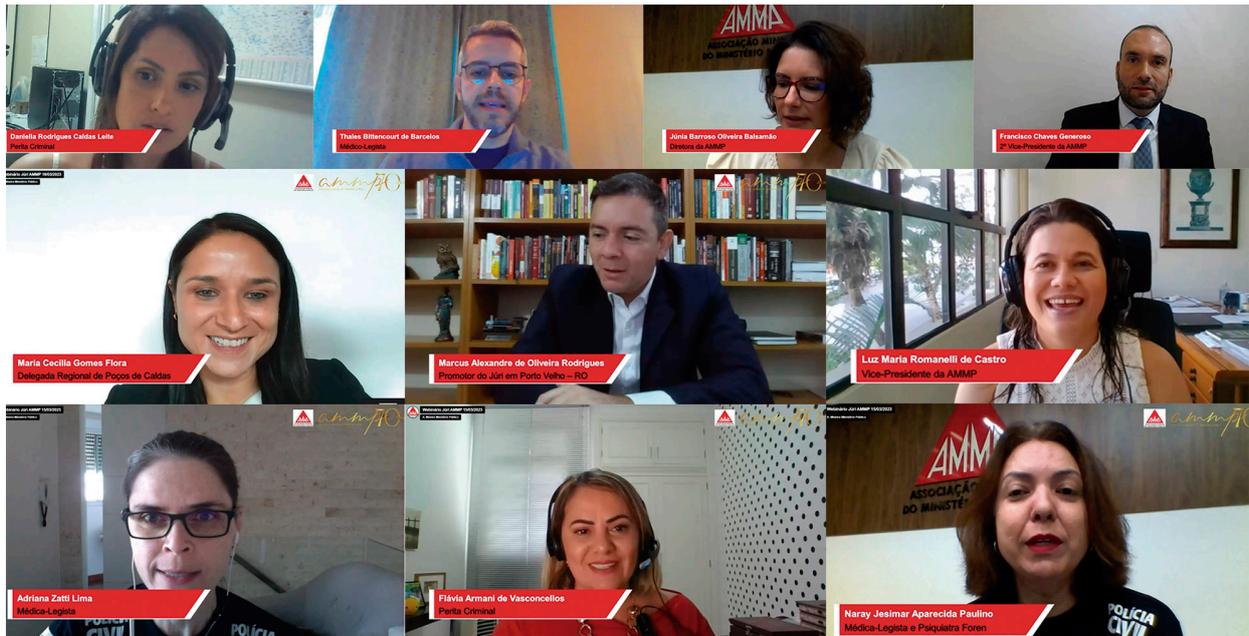
**Veja as vantagens que os associados da AMMP têm em nossa rede de convênios**

[ammp.org.br/convenios](http://ammp.org.br/convenios)

**AMMP, cada dia  
mais perto de você!**



## AMMP promove o Webinário Tribunal do Júri



Entre os dias 15 e 16 de março, a AMMP realizou o curso “Tribunal do Júri”, em formato totalmente on-line, o conteúdo é voltado para o aprimoramento do trabalho de Promotores(as) e Procuradores(as) de Justiça.

Confira a programação:

### 1º dia

O primeiro dia de transmissão foi apresentado pela Vice-Presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, com presidência de mesa do Diretor Cultural, Francisco Chaves Generoso.

“É com muita honra que a Associação Mineira do Ministério Público apresenta o nosso tradicional curso do júri, que é tão importante para a atuação em defesa da sociedade”, disse a Vice-Presidente da AMMP e Promotora de Justiça, Luz Maria Romanelli de Castro.

Já o Diretor Cultural da AMMP e Promotor de Justiça, Francisco Chaves Generoso, afirmou: “O curso certamente impactará de maneira positiva nossa atuação perante o Tribunal do Júri, até porque somos convidados a pensar fora da nossa caixa, a partir das diferentes visões técnicas que nos são apresentadas”.

A apresentação dos painéis teve início com o Médico-Legista Thales Bittencourt de Barcelos e com a Perita Criminal Daniella Rodrigues Caldas Leite, apresentando o tema: “A Perícia Oficial da Polícia Civil de Minas Gerais.”

Em seguida, a Médica-Legista Naray Jesimar Aparecida Paulino palestrou sobre: “A perícia de sanidade mental e de cessação de periculosidade”. A Perita Criminal Flávia Armani de Vasconcellos abordou o tema “A perícia do local de crime” e, fechando os conteúdos do dia, a Médica-Legista Adriana Zatti Lima palestrou a respeito da “Necropsia e Virtópsia”.

### 2º dia

O segundo dia de evento também contou com apresentação da Vice-Presidente da Associação, Luz Maria Romanelli de Castro, desta vez, com presidência de mesa da Diretora Financeira Júlia Barroso Balsamão que ressaltou: “As palestras do curso demonstram a necessidade de alinhamento constante. Conhecer a forma de trabalho da Polícia Civil, por exemplo, traz pra nós uma nova perspectiva”.

As palestras tiveram início com o Promotor do Júri em Rondônia, Marcus Alexandre de Oliveira Rodrigues, “Rebatendo o incabível privilégio”.

Na sequência, a Delegada Regional de Poços de Caldas, Maria Cecília Gomes Flora, abordou o tema: “Investigação do Crime de Homicídio: questões relevantes a partir de casos concretos”.

O Webinário segue disponível em **[cursos.ammp.org.br](https://cursos.ammp.org.br)**. Os(as) associados(as) podem garantir a certificação assistindo a, pelo menos, 80% das apresentações.

Em caso de dúvidas, envie um e-mail para: [eventos@ammp.org.br](mailto:eventos@ammp.org.br).



**ASSISTA AOS NOSSOS**

**CURSOS ONLINE EM**

**[CURSOS.AMMP.ORG.BR](https://cursos.ammp.org.br)**



## Geraldo Brasil: a vocação para o Júri

Com o objetivo de homenagear nossos (as) aposentados (as), o **AMMP Notícias** publica mensalmente matérias valorizando a atuação daqueles que se dedicaram incansavelmente pela Instituição Ministerial. Nesta edição, relembramos a trajetória do Promotor de Justiça aposentado Geraldo Brasil.

Geraldo Brasil carrega o orgulho do país em seu sobrenome – talvez por isso, escolheu se dedicar à defesa da sociedade que o cerca. Conta, com sua fala paciente e bem articulada, sobre as décadas em que trabalhou dedicado ao Ministério Público. A vocação para o Direito surgiu muito antes, ainda criança. “O Tribunal do Júri me fascina desde tenra idade. Tinha 10 anos e já ficava zapeando o júri na minha cidade. Isso deve ter me vocacionado para o Direito”, lembra.

Ingressa na antiga Escola de Direito de Montes Claros para cursar Direito, onde fez-se bacharel em 1972. Logo no primeiro ano, passa a advogar na região. “Na época, eu já era professor assistente na escola e como não tinha títulos, fazia concursos para crescer meu currículo, para continuar lecionando, entre eles, passei no MP”.

De início, não vislumbrava uma carreira no MP – confessa que fez os concursos para poder aperfeiçoar o currículo como professor. Hoje, se lembra com carinho daquela que pode ter sido sua segunda

vocação: lecionar. “Estive na docência praticamente em toda a vida profissional, tendo passado por outras instituições como a Universidade de Uberaba e a Universidade Federal de Uberlândia. Também já idealizei um curso preparatório para MP. Gosto muito da docência e essa atividade me deu muitas alegrias”.

Mas é no MP que sua carreira tem o maior embasamento. “Em 1978, prestei o 15º concurso para o Ministério Público. Como desejava me basear no norte de Minas, me candidatei para a comarca de Janaúba e fui nomeado para lá, onde fiquei de 1978 a 1980. Depois, fui promovido para Januária, onde fiquei de 1980 a 1982. Posteriormente, vim para Uberaba porque o PGJ da época [Waldir Vieira] era uberabense, gostava do meu trabalho e me convidou para trabalhar na terra dele. Vim para ficar no máximo 3 anos, mas acabei ficando por aqui, onde estou até hoje”.

Geraldo Brasil lembra-se quando fez seu primeiro Júri, antes mesmo de se formar na faculdade, sob

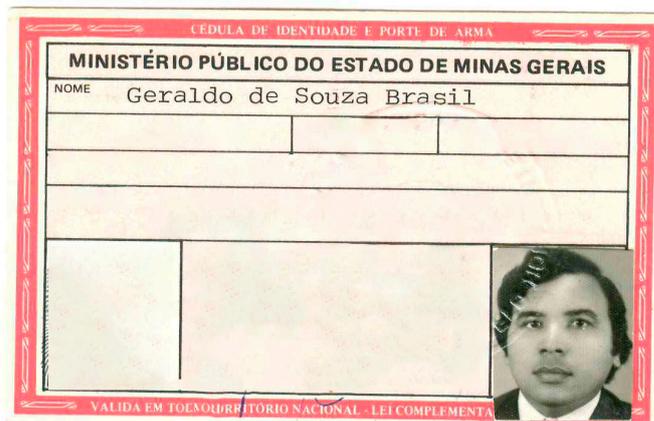
supervisão. “Fiz meu primeiro júri real ainda como acadêmico do 4º ano da faculdade de Direito, no serviço de assistência judiciária. Não parei mais. Como advogado, fiz diversos júris. Modéstia à parte, acho que faço um trabalho razoável”, brinca. Por isso, acredita que a Procuradoria-Geral de Justiça o designava para fazer júris em comarcas onde não havia promotores titulares.

Um caso marcante que se recorda em sua carreira aconteceu em João Pinheiro, quando as discussões sobre reforma agrária pouco ainda avançavam. “Para mim, qualquer trabalho no júri é marcante. Evidentemente, alguns casos têm um significado maior, às vezes pela repercussão do delito ou pelas pessoas envolvidas. Um desses julgamentos era de um fazendeiro muito influente na região que havia matado o



invasor de suas terras. Isso, ainda na década de 1980. Esse júri teve repercussão internacional. Compareceram pessoas influentes da política, do agronegócio, porque acabou se formando uma luta ideológica entre os fazendeiros e aqueles que já iniciavam o embrião de reforma agrária”, lembra. “O fazendeiro acabou condenado – a uma pena não muito grande – o que, de certa forma, aplacou aquela cizânia que havia entre fazendeiros e candidatos à terra”.

Outro caso que se recorda demonstra a importância de se manter um



Ministério Público forte na sociedade brasileira, especialmente quando se diz respeito a casos de desvio de conduta do poder público. “Sustentei, também em meados de 80, ações penais contra pessoas que tinham influência política, quando ninguém falava em punição para casos de corrupção. Aqui em Uberaba, houve uma situação muito grave de corrupção pelo Poder Público Municipal. Isso repercutiu além das fronteiras da nossa região. Na época, essas pessoas eram praticamente intocáveis. Então, foi uma situação onde a instituição conquistou o respeito de toda a comunidade”, recorda. O Promotor-Pro-

fessor trabalhou ainda em diversas comarcas, como Janaúba, Janaúria e Uberaba. Aposentou-se em 1994, na capital mineira.

“O Ministério Público marcou a minha vida”, conta Geraldo Brasil. “Os grandes amigos que tenho até hoje foram feitos no Ministério Público. Deixei valorosas amizades nas comarcas pelas quais passei e recebi diversas homenagens em minha atuação ministerial, como a medalha da inconfidência e de mérito do MP, além do título de cidadão uberabense. Sou marcado positivamente por essas situações”, finaliza.



Sinto-me extremamente graticado pela oportunidade de falar a respeito do meu dileto amigo, Geraldo Brasil.

Brasil, Silvio Fausto, José Augusto e eu atuamos juntos na Promotoria de Justiça de Uberaba onde construímos uma sólida e bela amizade. Geraldo Brasil se destacava pela erudição de suas manifestações processuais e pela eloquência quando atuava no Tribunal do Júri. Amigo fraterno, de competência incontestável, Brasil está na galeria dos ícones do Ministério Público como Promotor de Justiça que sempre observou a liturgia do cargo.

Felicidades, companheiro!

Antônio Lopes Neto - Procurador de Justiça

A **AMMP** tem  
convênios  
com **ópticas**

Acesse  
[ammp.org.br/convencios](http://ammp.org.br/convencios)





## **ABREM INSCRIÇÕES PARA O XX TORNEIO NACIONAL DE FUTEBOL SOCIETY DO MP**

*JOGOS SERÃO REALIZADOS ENTRE OS DIAS 8 A 11 DE JUNHO*

A equipe de Futebol Masculina da AMMP já está se preparando para a 20ª edição do Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público.

Neste ano, os jogos terão lugar na cidade de João Pessoa (PB), em uma parceria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e com a Associação Paraibana do Ministério Público (APMP).

O torneio foi idealizado com o objetivo de integrar os membros do Ministério Público, em uma competição amistosa.

Confira o calendário de organização

**12/05 – Prazo final para envio da lista definitiva de atletas**

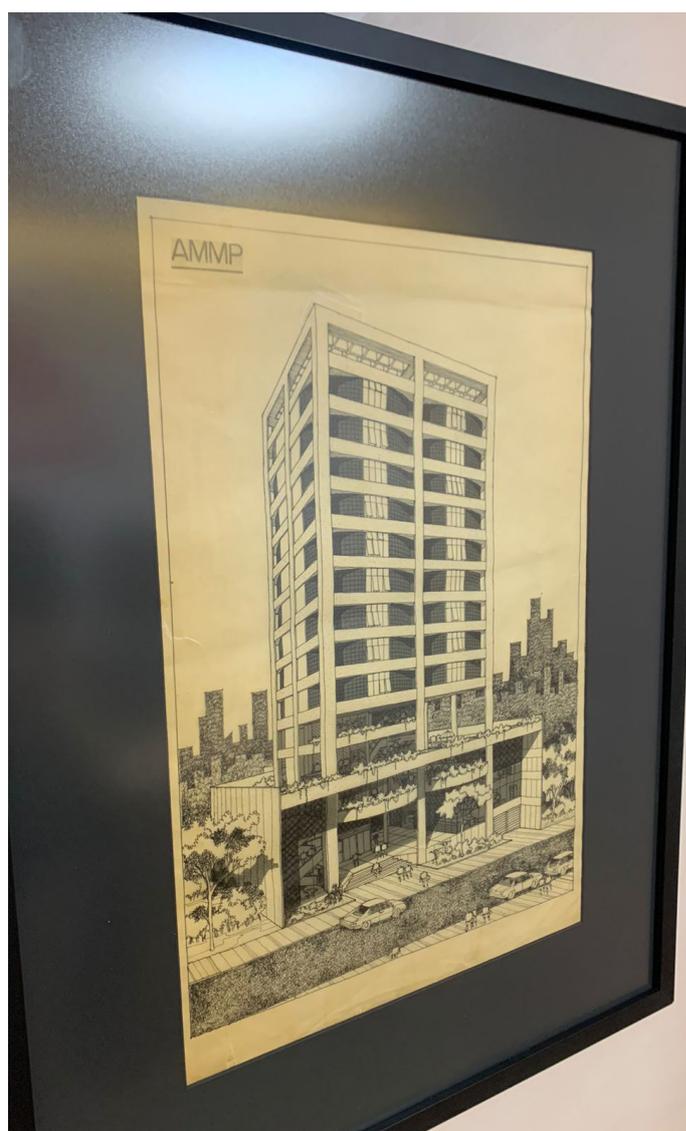
**19/05 – Sorteio das equipes**

**08/06 – Início dos jogos**

**11/06 – Premiação e encerramento**

**A AMMP promoverá treinos entre associados**

## AMMP conta com mais um espaço para associados (as)



A AMMP conta agora com uma estação de trabalho para seus (as) associados (as), na sede da Associação Mineira do Ministério Público. Associados (as), que podem usufruir do espaço para diversas funções.

“O espaço, muito agradável e bem equipado, propicia maior conforto ao (à) associado (a) que esteja em deslocamento e que necessite executar alguma tarefa, bem como contribuirá para o estreitamento dos laços entre os (as) associados (as) e deles (as) com a própria associação”, explica Francisco Chaves Generoso, 2º Vice-Diretor da AMMP.

A sala conta com ar-condicionado, conexão Wi-fi e computador para uso interno. Para mais informações, ligue (31) 2105-4878.

# Imposto de Renda **AMMP**

**INÍCIO DOS TRABALHOS  
16 DE MARÇO**

## Valores

Declaração de IR: R\$ 190,00

Ganho de capital: R\$ 130,00

Agendamento na Receita Federal: R\$ 130,00

Processo eletrônico: R\$ 400,00

Pagamento direto aos contadores

Apuração de resultados em aplicações em Bolsa de Valores  
não é realizada pelos contadores

## IMPOSTO SOLIDÁRIO

**Os (as) associados (as) poderão destinar 3% do imposto devido para as instituições Casa de Apoio Aura e Fundação Sara Albuquerque,**

**Atendimento presencial de 8h às 12h  
Poderá ser agendado.**

**Os documentos poderão ser entregues na secretaria da AMMP,  
pelo correio e por e-mail: [altair.irpf@yahoo.com.br](mailto:altair.irpf@yahoo.com.br)**

### Contatos:

**Altair Vidal de Faria - (31) 9 9968-8492 Edna Soares Pimenta - (31) 9 8758-0859  
Vilma Soares de Jesus - (31) 9 8538-6496**



## Mês da Mulher reitera cuidados para vacinação, câncer de útero e HPV

O mês de março marca duas datas importantes para a população feminina: dia 08/03 é celebrado o Dia Internacional da Mulher e dia 28/03 comemora-se o Dia da Luta pela Saúde da Mulher. Em homenagem às celebrações que recordam o combate à desigualdade de gênero e luta pelo acesso a saúde, qualidade de vida e cuidados com o corpo, a AMMP Saúde relembra sobre a prevenção do câncer de útero e HPV.

De acordo com informações fornecidas pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer do colo do útero é o quarto tipo de câncer mais comum entre as mulheres. O Instituto também informa que, apenas no Brasil, são esperados mais de 17 mil novos casos em 2023. Então, é fundamental o exame periódico de rastreamento da doença e estar atenta a sangramentos incomuns.

O Ministério da Saúde explica que o HPV (Papilomavírus Humano) é um vírus que ataca a pele ou mucosas orais, genitais ou anais. Os sintomas raramente aparecem nos estágios iniciais. Por tal motivo, testes clínicos e laboratoriais frequentes são essenciais para o tratamento inicial da doença.

### A Vacinação é a maior prevenção

Em 2014, o Ministério da Saúde implementou a vacina tetravalente contra o HPV no calendário vacinal. Esta imunização, de acordo com o INCA, também previne contra o câncer do colo de útero, já que protege contra os subtipos 16 e 18 do HPV, responsáveis por 70% dos casos deste câncer.

O grupo etário desta vacinação são meninos e meninas com idade entre 9 e 14 anos. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer, grupos especiais, como pessoas com imunodeficiência causada pelo HIV, devem seguir orientações específicas. Para mulheres com imunossupressão, vivendo com HIV/Aids, transplantadas e portadoras de cânceres, a vacina é indicada até 45 anos de idade.

Março / 2023

Período: 01/03/2023 a 03/04/2023

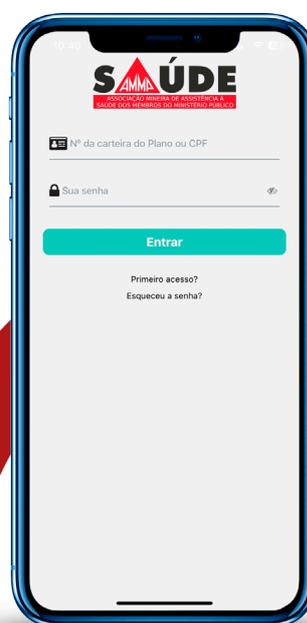
NOVOS CONVENIADOS

Não houve novos conveniados e cancelamentos no período indicado.

## JÁ BAIXOU NOSSO APP?

Entre na loja de aplicativos do seu celular e procure por AMMP Saúde

Associado e associada, verifique seu e-mail cadastrado na AMMP Saúde após fazer o download para receber suas informações de login!





ASSOCIAÇÃO MINEIRA  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO